

**ILMO. SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA  
FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS.**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024**

**VERTICAL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: **19.205.451/0001-93**, com sede na **RUA CAMBOIM, Nº704, BOA VIAGEM, RECIFE – PERNAMBUCO, CEP: 51.130-110**, ora representada por sua sócia diretora **MONICA MOREIRA GUERRA**, nacionalidade Brasileira, nascida em **19/04/1975**, Solteira, Empresária, CPF nº **008.123.064-81**, Carteira de Identidade nº **4.930.392**, órgão expedidor SDS/PE, domiciliada no Estado de Pernambuco, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação que a julgou como inabilitada no presente certame, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Exa. não se convença das razões abaixo formuladas e, “spont propria”, não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela habilitação da signatária.

**1- Tempestividade:**

01. Nos termos do que dispõe o inciso II do art. 165 da Lei 14133/2021, o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso será contado da data de intimação ou de lavratura da ata, oportunidade a qual, tempestivamente, a RECORRENTE registrou a intenção de interpor recurso, tendo sido concedido, a partir desta data, o prazo legal para apresentação das razões recursais.

02. Assim, a contagem do prazo teve início no dia útil subsequente, 07/08/2024 (quarta-feira), prosseguindo-se até o seu termo no dia 09/08/2024 (sexta-feira). Logo, apresentada nesta data, comprova-se a tempestividade das razões recursais.

**2- Dos Fatos:**

A empresa Recorrente, foi inabilitada de forma equivocada por parte da comissão julgadora, uma vez que alegaram que: “A documentação encaminhada, inclusive as informações em diligências, não atendem ao disposto nos itens 8.23.2 e 8.23.3., na forma prevista no item 8.26.”

Pois bem o que se trata esse item:

**8.23.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;**

**8.23.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;**

**8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.**

A Justificativa do pregoeiro, por meio do sítio eletrônico no campo de proposta menciona que “A documentação encaminhada, inclusive as informações em diligências, não atendem ao disposto nos itens 8.23.2 e 8.23.3., na forma prevista no item 8.26.” Não detalha qual o ponto que de inconformidade, a documentação enviada por nossa empresa atende integralmente aos requisitos especificados nos itens 8.23.2 e 8.23.3 uma vez que o Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro da nossa empresa enviada em forma de declaração do contador atestando os valores e os índices, onde consta o valor **de R\$388.774,82 no ano de 2022** e de **R\$486.248,79 no ano de 2023** para o Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (ITEM 8.23.2) onde o **valor mínimo** para aceitação seria de **R\$211.173,55** para esse item que é o item 8.23.2, seguindo para o próximo item questionado o item 8.23.3 Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado da contratação, no mesmo documento assinado pelo contador atestado os valores em forma de declaração consta o valor de **R\$509.392,01 no ano de 2022**, e de **R\$565.270,47 no ano de 2023** de **Patrimônio líquido**, onde valor **mínimo** para aceitação seria de **R\$126.754,83**. Nossa documentação, conforme detalhado acima, **demonstra claramente que cumprimos todos os requisitos mencionados**, inclusive todos eles bem detalhados, um material bem completo para a análise do pregoeiro e comissão, tudo atestado, assinado e declarado pelo profissional habilitado da área contábil. Cabe ressaltar que o item 8.26 **NÃO CONSTA NENHUM** modelo em anexo, ou algum modelo específico, deixando a cargo do fornecedor apresentar os índices econômicos assinado e atestado pelo profissional da área contábil. Cabe ressaltar que esse item 8.26 em sua essência visa ajudar os órgãos que não tem contador em seu quadro de servidores, pois esses valores constam dentro dos balanços que também foram enviados, e boa parte dos órgãos não iriam conseguir fazer a análise, visando dar celeridade ao certame esse dispositivo foi inserido, para que as empresas já apresentassem os índices mediante um profissional habilitado para tal atestasse e assinasse se comprometendo com a veracidade das informações. Essas informações primordialmente constam nos balanços, qualquer outra forma apresentada são formas complementares.

**Art. 69.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro

contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital.

Dito isso, vemos a finalidade desse dispositivo que visa aferir a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, toda a documentação comprobatória enviada mostrou que a empresa requerente atende a todos os coeficientes e índices econômicos estabelecidos no edital, inclusive todos os índices são atestados pelo profissional da área conforme foi solicitado, o relevante no assunto é que a empresa cumpriu todas as exigências dessa questão, não importa a essência obtida mais sim a capacidade econômico-financeira.

Licitação é o procedimento administrativo desenvolvido de forma ordenada e sucessiva, almejando encontrar a **proposta economicamente mais vantajosa** para o Poder Público, a partir de uma análise interna da melhor solução para satisfazer a necessidade pública. Ora se a empresa recorrida atende a todos os requisitos e dentro desses requisitos estabelecidos ela tem a melhor proposta, porque a administração escolheria pagar mais caro por outra empresa por puro excesso de formalismo, que suscita questionamentos quanto à regularidade do procedimento licitatório e à integridade da concorrência.

#### **Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:**

**I – Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;**

**II – Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;**

**III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;**

Não se pode negar que o formalismo constitui importante medida de segurança e previsibilidade dos atos e contribui para garantir o devido processo legal e o cumprimento dos direitos do particular e dos interesses da administração. No entanto, deve-se ter em mente que o processo administrativo, em especial o licitatório, não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas. Neste sentido, o professor Adilson Dallari esclarece que:

“a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho leciona que:

“Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim. Portanto, insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.”

Em uma breve pesquisa constatamos que em praticamente todos os processos licitatórios inclusive realizados pela Polícia Federal e demais órgãos, tanto federais como os demais, em diversos locais do país onde o edital traz essas exigências idênticas, inclusive o item 8.26 e aceitam para esse item a informação na sua essência, necessário ter na declaração os índices, a assinatura do profissional habilitado na área contábil atestando a veracidade. Da forma na qual apresentamos, pois nela tem tudo necessário para o julgamento (INDICES, VALORES e ASSINATURA) o que importa é a essência da informação e nela suprimindo os índices estabelecidos. Irei no final do recurso deixar diversos processos licitatórios (adjudicados) para a pesquisa e a constatação que a forma na qual apresentamos está correta.

Diante de todos os fatos apresentados, fica evidente que a desclassificação da empresa Recorrente foi **equivocada**. Toda a documentação fornecida, incluindo os índices econômicos exigidos, foi devidamente **ATESTADA e ASSINADA POR UM PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, atendendo integralmente** aos requisitos do edital. Não houve clareza por parte da comissão julgadora em relação aos pontos de inconformidade e nem modelo de declaração específica, o que reforça a necessidade de reconsideração. A desclassificação baseada em **FORMALISMO EXCESSIVO** compromete a integridade da licitação e fere os princípios da isonomia e da vantajosidade para a Administração Pública. Portanto, solicitamos a reavaliação imediata da habilitação da empresa Recorrente para garantir a justiça e a transparência do processo licitatório.

Vale frisar que a RECORRENTE se inscreveu para participar do processo licitatório, objeto do prefalado Edital, sempre consciente, de modo claro e inequívoco, de sua qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira, bem como, de sua regularidade fiscal e, como de praxe, vale repetir, com a certeza de que atendeu a todos os requisitos exigidos no Edital por meio de declaração no campo de anexar a proposta. Serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão

Especial de Licitação e que declarou inabilitada a RECORRENTE, apesar da mesma haver, incontestavelmente, atendido às exigências reguladas no Edital de Licitação do processo acima especificado. Não sendo o mesmo julgado procedente, não restará outra alternativa à RECORRENTE, senão buscar junto ao Poder Judiciário Federal a solução para a ilegalidade ou equívoco acima apontado

### **3- Dos Pedidos:**

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão Especial de Licitação que se digne de rever e reformar a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a Vertical Terceirização de Serviços LTDA, visto que a HABILITAÇÃO da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu absolutamente todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório.

Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne V. Exa. de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.

**Recife, 09 de agosto de 2024**

Diretora

MÔNICA MOREIRA GUERRA

**VERTICAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA**

Processos para a Consulta:

**Pregão Eletrônico N°90001/2024 – UASG – (200394) -- Processo Administrativo n° 08420.003567/2023-01 (PF-RN)**

**Pregão Eletrônico N°90004/2023 – UASG – (200358) -- Processo Administrativo n° 08230.000164/2023-30 (PF-AL)**

**Pregão Eletrônico N°90003/2024 – UASG – (200384) -- Processo Administrativo n° 08485.000273/2024-46 (PF-RO)**

**Pregão Eletrônico N°90002/2024 -- UASG – (200358) -- Processo Administrativo n° 08230.004654/2023-13 (PF-AL)**